



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RECURSO ESPECIAL Nº 1738133 - SP (2018/0049427-2)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**RECORRENTE : SWEDISH MATCH DO BRASIL S/A**  
**ADVOGADOS : ROBERTO TRIGUEIRO FONTES E OUTRO(S) - DF017853A**  
**ELIZABETH CHRISTINA SILVA MALVERT CORREA -**  
**SP192993**  
**MARIANA VIANNA MARTINELLI - SP196153**  
**LARISSA OLIVEIRA MARANHÃO - SP245113**  
**RECORRIDO : JOSÉ CASOY - ESPÓLIO**  
**REPR. POR : MARIA LÚCIA VACCHIANI CASOY - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADOS : ANDRÉA VIANNA NOGUEIRA - SP183299**  
**ROBERTA RESENDE E OUTRO(S) - SP302341**  
**RECORRIDO : EMPRESA DE TRANSPORTES SÃO LUIZ S/A**  
**ADVOGADO : FREDERICO KARAM AEBI SOUZA BARBOSA - RJ159918**  
**RECORRIDO : CELSO CASOY**  
**RECORRIDO : ELISABETH CASOY**  
**RECORRIDO : MARTHA CASOY**  
**RECORRIDO : JAIRO CASOY**  
**ADVOGADO : SÍLVIA DE LUCA - SP080049**  
**RECORRIDO : BELLA CASOY**  
**RECORRIDO : CELIA CYMBALISTA**  
**RECORRIDO : SILVIO CASOY**  
**ADVOGADOS : MARIA REGINA DE CAMPOS OLIVEIRA E OUTRO(S) -**  
**SP047821**  
**ALEXANDER TEIXEIRA MARQUES BARQUETTI - SP266267**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO JURÍDICO CUMULADA COM RESSARCIMENTO DE DANOS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF.

1. Ação anulatória de ato jurídico cumulada com compensação de danos, por meio da qual se objetiva a declaração de nulidade de escritura pública de compra e venda e de cessão de direitos de compromisso de imóvel.
2. A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pelo agravante em suas razões recursais, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
3. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência implica o não conhecimento do recurso quanto ao tema.
3. Recurso especial não conhecido, com majoração de honorários.

### **DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por SWEDISH MATCH DO BRASIL S/A, fundamentado exclusivamente na alínea "a" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 04/11/2015.

Concluso ao Gabinete em: 16/03/2018.

Ação: anulatória de ato jurídico cumulada com ressarcimento de danos, ajuizada por CELSO CASOY, ELISABETH CASOY, MARTHA CASOY e JAIRO CASOY, em desfavor da recorrente e de JOSÉ CASOY – ESPÓLIO, EMPRESA DE TRANSPORTES SÃO LUIZ S/A, BELLA CASOY, CELIA CYMBALISTA e SILVIO CASOY, por meio da qual objetivam a declaração de nulidade de escritura pública de compra e venda e de cessão de direitos de compromisso de imóvel, tendo em vista que seu pai (Sr. José Casoy) compareceu na qualidade de vendedor de 50% (cinquenta por cento) do bem, apresentando procuração outorgada por sua já falecida esposa para suprir a exigida outorga uxória.

Sentença: julgou extinto o processo, com resolução do mérito, ante o reconhecimento da ocorrência de prescrição.

Acórdão: deu provimento à apelação interposta por CELSO CASOY E OUTROS, para afastar o reconhecimento da prescrição e declarar nula a cessão de direitos do imóvel descrito na inicial. Contudo, em razão do decurso do tempo, determinou que os prejuízos deverão ser convertidos em perdas e danos, a ser apurado em ação própria. O acórdão foi assim ementado:

ANULATÓRIA c.c. PERDAS E DANOS. Propositura de ação em razão de alienação de bem imóvel, praticada pelo pai dos autores, sem a outorga uxória, utilizando-se de mandato ineficaz, em razão do falecimento da esposa do alienante. Ato jurídico praticado em 1958. Extinção decretada pelo reconhecimento da prescrição.

Apelam os autores, insistindo na nulidade do ato jurídico pela venda do bem imóvel à Companhia Fiat Lux de Fósforos de Segurança, da parte que lhes cabia, sem a outorga uxória de sua falecida genitora. Transferência de direitos feita com base em procuração sem validade, em decorrência do anterior óbito da outorgante. Apontaram imprescritibilidade do ato nulo, para o afastamento da prescrição e o julgamento da demanda, nos termos do art. 515, § 3º, do CPC.

Apelam os réus Bela Casoy, Celia Cimbalista e Silvio Casoy, insistindo na ilegitimidade de parte, para figurarem no polo passivo da demanda, na aplicação da pena de litigância por má-fé e a fixação da verba honorária, em razão da sucumbência.

Cabimento no recurso dos autores e descabimento no recurso dos réus.

A alienação de bem imóvel feita com o uso de procuração sem validade, uma vez que a outorgante já havia falecido antes da lavratura do ato

notarial. A falta de outorga uxória, gerou nulidade do ato. Nulidade absoluta é imprescritível, podendo ser reconhecida a qualquer tempo, daí o afastamento da prescrição.

Reconhecida a nulidade do ato, deve ser proclamada a nulidade do ato jurídico. O direito de demandar é assegurado até a prescrição, quando esta ocorre. Ausência dos fatos que possam ensejar a imputação de litigância de má-fé.

Observado o lapso temporal (mais de 50 anos), os prejuízos causados aos herdeiros deverão ser reparados em perdas e danos, em autos próprios, pois o retorno das partes ao statu quo ante, poderia ensejar enormes prejuízos, inclusive ofensa a direito de terceiros de boa-fé.

Recurso dos réus improvido, provido o dos autores, com observação (e-STJ fls. 588-589).

Embargos de declaração: opostos por i) JOSÉ CASOY – ESPÓLIO; ii) BELLA CASOY, CELIA CYMBALISTA e SILVIO CASOY; iii) CELSO CASOY E OUTROS; e iii) recorrente, foram todos rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 104, 108, 166, VI, 186, 215, 381, 422, 879, 884, 927, 942, 1.238, 1.242, 1.245 e 1.691 do CC/02; 159, 386, 968, 1.049, 1.518 e 1.526 do CC/16; 267, IX, do CPC/73. Sustentam que:

i) a corrê TRANSPORTES SÃO LUIZ S.A. tem direito à usucapião do imóvel, independentemente de título ou boa-fé, tendo em vista a sua posse mansa e pacífica do imóvel por cerca de 55 (cinquenta e cinco) anos;

ii) a recorrente não detém legitimidade para figurar no polo passivo da lide, pois agiu como cessionária de boa-fé e não sabia do falecimento da Sra. Maria Aparecida;

iii) o Sr. José Casoy tinha poderes para, sozinho – e na condição de cônjuge supérstite, inventariante e pai -, celebrar a cessão de direitos ora impugnada;

iv) o imóvel não poderia ser inventariado, pois jamais integrou o patrimônio do casal José Casoy e Maria Aparecida, dada a ausência de transcrição da escritura pública de compra e venda no registro do imóvel;

v) a condenação ao pagamento das perdas e danos deveria ficar restrita àqueles que sabiam e omitiram o fato de que a Sra. Maria Aparecida havia falecido; e

vi) ao menos, deve haver a limitação da condenação da recorrente às perdas e danos ao preço recebido por ela com a alienação do imóvel.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/73.

### **- Da ausência de prequestionamento**

O acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não decidiu acerca dos argumentos invocados pela recorrente em seu recurso especial quanto aos arts. 108, 166, VI, 186, 215, 381, 422, 879, 884, 927, 942, 1.238, 1.242, 1.245 e 1.691 do CC/02; 159, 386, 968, 1.049, 1.518 e 1.526 do CC/16; 267, IX, do CPC/73, o que inviabiliza o seu julgamento. Aplica-se, neste caso, a Súmula 211/STJ.

Ressalte-se que, a despeito de o TJ/SP ter afirmado que “não se vislumbra vilipêndio aos art. 186, 422, 439, 879, 884, 942, 1238, 1242 e 1691 do C.C., 178, § 9º, V, do CC/1916 e art. 5º, XXXVI, LIV e LV da CF”, verifica-se que tal afirmação foi feita genericamente pela Corte local, que não analisou os argumentos da recorrentes relativos à ocorrência de usucapião do imóvel pela TRANSPORTES SÃO LUIZ S.A.; à inimputabilidade de ato ilícito à recorrente pois teria atuado como mera cessionária de boa-fé; à possibilidade do Sr. José Casoy celebrar, sozinho, a cessão de direitos, na condição de cônjuge supérstite, inventariante e pai; à impossibilidade de o imóvel ser inventariado; à existência de confusão, hábil a acarretar a extinção do processo; e à necessidade de limitação da condenação da recorrente, motivo pelo qual, de fato, não se pode ter por prequestionados tais pontos.

Ressalte-se que, nas razões de seu recurso especial, a recorrente sequer apontou a negativa de prestação jurisdicional.

### **- Da fundamentação deficiente**

Os argumentos invocados pela recorrente não demonstram como o acórdão recorrido violou o art. 104 do CC/02.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado das partes recorridas em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (e-STJ fl. 598) para R\$ R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Previno a parte recorrente que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, §

2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora